

Lembranças das cidades, Identidade DO SUBÚRBIO. Comunicação e cultura nas cidades do ABC Paulista

Elias Estevão Goulart

Priscila Ferreira Perazzo

Vilma Lemos

Professores da Universidade Municipal de São Caetano do Sul – IMES e Pesquisadores do Núcleo Memórias do ABC

Universidade Municipal de São Caetano do Sul – IMES, SP

Resumo

O texto analisa o resgate da memória regional, como uma nova forma de comunicação do imaginário e da identidade regional para contribuir com a reelaboração da história das cidades do grande ABC. As lembranças que permaneceram na memória da região do ABC atribuíram ao local a designação de subúrbio e, assim, sua história foi escrita a partir da condição periférica em relação à capital. No entanto, a memória permaneceu e será resgatada por meio da tecnologia em um sistema hipermédia, fazendo a mediação entre ambos – memória e tecnologia – , recuperando a memória dos moradores do ABC.

Palavras-chave: cidade, memória, tecnologia.

Abstract

The text centers on the matter of the regional memory recovery, as a new way of communicating the regional imaginary and identity and aims to contribute to the ABC cities history re-elaboration. The memories that remained in the memory of the ABC region attributed to the area, the "suburb" designation and, as such, it was written the history of the ABC, as from its peripheral condition towards the capital. However, the memory remained and it will be recovered by the technology of a hypermedia system, that will mediate them – memory and technology – recovering the ABC inhabitants memory.

Key words: city, memory, technology.

As lembranças que, por muito tempo, permaneceram na memória dos moradores das cidades do ABC (Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul), atribuíram ao local a designação de subúrbio. Para caracterizar os "*confins da cidade de São Paulo ou a zona rural que lhe era imediatamente próxima*", a palavra subúrbio "*indica uma concepção da unidade da cidade e seu contorno*" (MARTINS, 2002, p. 7) que advém das origens da cidade e do urbano, atribuídas por Le Goff (1998) às cidades medievais. Segundo esse autor, o desenvolvimento urbano se fez a partir de núcleos dominados por um senhor, fosse eclesiástico ou leigo, que governava estabelecido em regiões afastadas e, às vezes, altas ou escarpadas. Em torno desses "postos de comando" constituíram-se dois tipos de territórios: a cidade propriamente dita e os burgos da periferia.

A cidade vai lançar seu poder sobre certa extensão em volta, na qual exercerá direitos mediante coleta de taxas: é isso que se chamará subúrbio. (...) a unidade contemporânea entre cidade e seu subúrbio, tão interdependentes, data da Idade Média (LE GOFF, 1998, p. 16-17).

Por muito tempo os moradores do ABC identificavam-se como habitantes do subúrbio. Tal designação pode ser entendida a partir de alguns fatores. Inicialmente, distinguia-se a condição periférica da região em relação à capital, uma vez que era vista como extensão e interdependente da cidade de São Paulo, que, por sua vez, pareceu sempre exercer seu poder sobre a região. Como os estudos de José de Souza Martins (2002, p. 9) vêm elucidando nos últimos anos, “a história de São Paulo têm sido escrita do centro para a periferia: a perspectiva elitista do centro domina a concepção que se tem do que foi o subúrbio no passado”. Por muito tempo, o subúrbio se definiu como “um aglomerado rural cuja população tinha vínculos cotidianos com a cidade e que, em consequência, organizava sua inteligência das condições de vida segundo um modo de pensar tendencialmente urbano” (MARTINS, 2002, p. 194-195).

Tal perspectiva em relação a si próprios fez com que os moradores do ABC, ao longo do século XX, se identificassem como suburbanos, uma categoria que não representa os moradores do interior do estado de São Paulo, às vezes identificados como caipiras, nem os metropolitanos da região em torno da capital. Como anunciado por Le Goff (1998), subúrbio relaciona-se à cidade e ao urbano. Nesse sentido, os moradores do ABC assim pretendiam posicionar-se ao se identificarem como suburbanos.

Por sua vez, a história do subúrbio, até recentemente, inscrevia-se nos espaços periféricos da capital São Paulo. Ou seja, sua história local e regionalizada parecia não ter relações com a História nacional ou do eixo sul, em que São Paulo aparecia como agente principal. Dessa forma, elegia-se como importante, para efeitos de registro, apenas aquilo que se identificasse com as passagens registradas oficialmente pela história de São Paulo (MARTINS, 2002, p. 12). Mas, o *subúrbio* não deixou de constituir sua memória coletiva que, segundo Halbwachs (2002, p. 86), tem por suporte um grupo limitado no tempo e no espaço. E como a memória é apreendida de uma história vivida, e não de uma História escrita, acredita-se, atualmente, nas possibilidades que o caminho da memória coletiva abre para os moradores do ABC, a fim de refazerem os traçados da história regional no sentido de constituir o patrimônio cultural do local. Segundo estudiosos preocupados com o ABC:

Atualmente, há na região um verdadeiro movimento em favor da história regional. É também um movimento dos que foram privados de História. É uma busca da História através da memória (MARTINS, 2002, p. 16)

Nesse sentido, os estudos de pós-graduação da Universidade Municipal de São Caetano do Sul/IMES e as iniciativas de pesquisa do Núcleo de Pesquisadores de Memórias do ABC vêm acompanhando esse movimento em favor da “história regional” ao se preocuparem com a questão da memória das suas cidades. Resultados das pesquisas do Núcleo demonstram que manifestou-se na região, com significativa expressividade, um pólo cultural com intensa atividade artística, “exportador” de talentos, embora a região sempre tenha sido citada e reconhecida pela sua industrialização, com significativa presença de operários urbanos, fator que, muitas vezes, justificou certa desconsideração com as manifestações formais da cultura e das artes.

No entanto, a memória das pessoas que viveram no período permaneceu, conforme se verá pelos depoimentos à frente citados, considerando que a cada indivíduo se atribui a condição de interagir em duas espécies de memórias, as individuais e as coletivas. De um lado, a lembrança individual é uma somatória de

experiências vividas ou narradas, que são apreendidas ou não por meio de critérios, objetivos ou subjetivos, no quadro de cada personalidade singular. Por outro lado, existe um conjunto de lembranças compartilhadas com outras pessoas ou grupos e que se tornam impessoais (HALBWACHS, 1990). Assim, a memória coletiva pode ser definida como o resultado de compartilhamentos, supondo-se uma multiplicidade de tempos coletivos uma vez que grupos separados, ou culturas específicas, possuem ritmos e espacialidades particulares, retendo do passado somente aquilo que for capaz de permanecer na consciência do grupo que mantém a memória coletiva.

Eis aqui o ponto que se pretende discutir neste texto: as mediações da memória coletiva no processo de identificação cultural dos moradores das cidades do ABC, por suas "capacidades de narrar sua identidade" (BARBERO, 2003, p. 69). E mais, questionar o atual papel da tecnologia da informação no registro da memória como promotor dessa mediação com a identidade social das pessoas.

Atualmente, o termo *mediação* tem sido bastante utilizado e aplicado sob vários aspectos e em diferentes contextos, exigindo-se, assim, precisar seu significado para que se obtenha sua correta compreensão. Em linhas gerais, designa um processo empregado para se alcançar um objetivo determinado. Battaglia (2006, p15) emprega o termo para assinalar um processo negocial como: "a mediação é um processo não adversarial de resolução de conflitos". Neste contexto, um processo contempla uma série de ações levadas em curso para o alcance de uma solução para um problema.

Veerbeck (2006) entende *mediação* como um papel que a tecnologia desempenha na relação entre os seres humanos e o seu mundo. Por exemplo, em uma miríade de formas, a visão humana é mediada pela tecnologia, como por meio da televisão, das câmeras, telas de computador, pára-brisas dos veículos. Assim, os dispositivos tecnológicos medeiam as formas como a realidade é percebida.

Paralelamente às discussões sobre mediação e memória, outros elementos vêm à tona de forma a contribuir para as reflexões sobre o local e sua identidade cultural. Trata-se de questões que envolvem noções de patrimônio cultural.

Por patrimônio cultural muitas vezes associam-se as construções arquitetônicas, os monumentos ou mesmo determinados documentos escritos que dessa forma puderam ser registrados, permitindo o desenvolvimento de duas formas de memória: a celebração por meio de um monumento e o próprio documento escrito. Com a possibilidade de se registrar a memória, seja coletiva ou individual, determinadas informações puderam ser armazenadas no tempo e no espaço (LE GOFF, 2003).

Contudo, não se pode resumir patrimônio cultural como registro escrito da memória na forma de monumentos. É preciso conceber mais amplamente a idéia, considerando-o "como um conjunto complexo de itens e relações que integram a cultura de um povo, dividido em três dimensões igualmente importantes": a dimensão dos elementos naturais e paisagísticos, a dos elementos não-tangíveis da cultura como as mentalidades e o imaginário, e a dimensão dos "bens culturais", materializados em objetos, artefatos, construções, arquitetura, etc. (FREIRE, 2003, p. 37). Nesse sentido, a memória, seja na sua forma palpável e material ou de cultura imaterial, integra-se como componente do patrimônio cultural de uma nação, cidade ou região.

Volta-se, então, para a questão do resgate da memória regional no sentido de verificar como determinados registros podem compor o patrimônio cultural da região e contribuir para o movimento de reelaboração das identidades dos moradores das cidades do ABC, tendo, dessa forma, a memória como meio para comunicar e mediar a construção identitária dessa comunidade (BARBERO, 2003, p. 69).

José de Souza Martins (2002, p. 19) adverte que “a memória oculta mais do que revela, pois revela omitindo e deformando”. Contudo, a memória também pode significar um meio possível de afirmação dos que foram “excluídos” do fazer História”, pois se percebe como os esquecimentos e os silêncios são reveladores dos mecanismos de manipulação da memória coletiva (Le Goff, 2003).

O núcleo de Pesquisadores de *Memórias do ABC*, da Universidade IMES, em São Caetano do Sul, que desenvolve pesquisa integrada e interdisciplinar entre professores, alunos de pós-graduação e em iniciação científica, tem registrado em meio digital, hipermídia, a memória individual dos moradores da região, coletada por meio dos métodos e técnicas da história oral, com a finalidade de oferecer aos profissionais e pesquisadores da comunicação, da sociologia, da história, da lingüística, entre outros preocupados com os estudos socioculturais, fontes orais que permitam a luta pela democratização da memória social (LE GOFF, 2003).

Se os dispositivos medeiam as formas como a realidade é percebida, essa pode ser entendida e analisada pelos auxílios que a tecnologia proporciona e, quanto mais tais auxílios são transformadores da realidade, mais (re)significação essa realidade poderá ter para os que da tecnologia fazem uso. Para Barbero (2003, p. 69), o mediador é aquele que torna explícita a relação entre diferenças e trabalha para “fazer possível uma comunicação que diminua o espaço das exclusões ao aumentar mais o número de emissores e criadores do que meros consumidores”.

O processo de mediação busca reduzir as diferenças temporais, caracterizadas pela possibilidade do encontro comunicacional em momentos diversos, assíncronos, reduzindo a necessidade da coincidência instantânea, permitindo que a troca de relações se realize por meio de dispositivos e estruturas informatizadas. Busca, ainda, reduzir as distâncias espaciais, oferecendo a possibilidade de encontros a partir de locais diferentes e distantes entre si, oportunizando relações de trocas interativas, viabilizando a construção de tarefas e projetos comuns. De fato, o processo de mediação aproxima as relações humanas em ambientes de interações virtuais, quando as tecnologias da informação e da comunicação subsidiam os processos comunicacionais.

Esta mediação traz novos modos de acesso às relações humanas, com registro de suas interações por meio de banco de dados informatizados, com aumento da velocidade nas trocas e comunicações, eliminando barreiras étnicas, culturais, sociais etc.

A mediação tecnológica abre novos espaços para a realização de acessos a amplos conjuntos de informações e conhecimentos, fomentando o desenvolvimento das relações humanas e permitindo novas formas de interação, inclusive com o passado, ou com a memória, quando esta pode ser representada por meios digitais e recuperada de forma organizada e sistematizada. Um sistema hipermídia, construído com o

suporte de um banco de dados das informações históricas e digitalizadas de pessoas (documentos pessoais, fotos, objetos antigos etc.), permite a construção de uma memória coletiva.

Os conjuntos de informações que compõem os acervos da memória podem ser sistematizados digitalmente em sistemas hipermídias que os integram e relacionam de forma não-linear. Esses sistemas congregam a funcionalidade do hipertexto, que abre espaço para uma navegação não-linear em textos escritos, permitindo que, de uma palavra especificamente designada, possa-se “saltar” para um ponto determinado do texto (ou mesmo de outro documento), fornecendo uma relação proposital entre os pontos de origem e de destino deste “hiperlink” (ou elo). Com a funcionalidade da multimídia constroem-se documentos que congregam múltiplas mídias, ou seja, podem conter, além do texto propriamente dito, imagens, sons, filmes, etc.

Assim, a hipermídia contém um conjunto de mídias pelas quais se pode navegar pelos elos (links) criados especificamente para oferecer uma interação não-linear, uma viagem pelos caminhos da descoberta dos conteúdos, permitindo uma significação própria em roteiros particulares.

Muito se discute em torno da fragmentação das identidades culturais nacionais e do deslocamento dos sujeitos na sociedade. Para HALL (2005, p.13), a identidade é definida historicamente e “o sujeito assume diferentes identidades em diferentes momentos que não são unificadas ao redor de um ‘eu’ coerente”. Contudo, diante do movimento recente da globalização é preferível referenciar-se mais a um processo de identificação do que, propriamente identidade, outrora entendida pelas culturas nacionais como unívoca e estável. Por isso, o sujeito “está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas” (HALL, 2005, p. 12). Ora, quando se ouve as histórias de vida dos moradores do ABC, volta-se para a noção de identidade narrativa, não como uma identidade estável e sem falhas, mas, “como é possível compor várias intrigas acerca dos mesmos incidentes (os quais, com isso, já não merecem ser chamados de os mesmos acontecimentos), assim também sempre é possível tramar sobre sua própria vida intrigas diferentes ou até opostas” (RICOEUR, 1997, p. 425, 428).

Tendo isso em mente, a identidade passa a ser uma construção que se narra, pela reconstrução dos relatos desses depoentes, cuja memória está registrada no *HiperMemo*, que não deixam de ser atravessados pelo que está ao seu redor.

Ainda é possível recorrer à Análise do Discurso (AD), para a qual é pela linguagem que se cria uma realidade social (IÑIGUEZ, 2004, p.144). A forma como os moradores das cidades do ABC, em suas narrativas, referem-se a um tempo passado, trazido pela memória, reelaborando-o a partir do presente, rotula-os, pelo imaginário que constroem de si mesmos, como suburbanos. Considerando essa linha de análise, em que o “mundo em que vivemos é um mundo onde a fala tem efeitos” (IÑIGUEZ, 2004, p. 145) e, portanto, configura-se diferente denominar, por exemplo, uma organização de *terrorista* ou *revolucionária*, informar que o movimento dos sem-terra *invadiu* ou *ocupou* a fazenda do ministro X, confirma-se o lugar social de onde falam os depoentes entrevistados pelo *Memórias do ABC*: o subúrbio. Isso permite refletir sobre esse modo de inscrição desses sujeitos em seu discurso (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2004, p. 202), entendido como prática social.

Nessa linha, observe-se como Noretta Vezzà (aos 75 anos) fala da cidade de Santo André, opondo centro da cidade e o bairro (Parque das Nações).

Em 1930, eu devia ter três anos, não lembro muito, mas ao longo disso aqui posso me lembrar, por exemplo, da igreja da catedral de Santo André, Catedral do Carmo. Era barro puro, não tinha as belezas que nós temos agora na igreja. E nós morávamos na Campos Sales, praticamente quase de frente para a igreja[...] Não tinha nada de prédios, eram então só casas, cheias de frutas, cheias de jardim, essas coisas, mas para o lado do Parque das Nações, tinha poucas casas, a gente até dizia: Olha, eu vou passar, eu vou passar pelas porteiras. Quer dizer, passava a porteira do trem de ferro e ia para o lado de lá, então era uma aventura a gente ir para o lado de lá, porque só tinha o centro mesmo. (Noretta Vezzà, 10/7/2003)

Essa sua forma de configurar a cidade como um lugar de “poucas casas, o centro era barro puro, sem prédios, muitos jardins, de ter de passar pelas porteiras” (cancela da passagem do trem), reflete-se no discurso de Antônio Petrin (aos 65 anos), quando também fala do bairro Parque das Nações como “um lugar ermo, sem luz elétrica”, referindo-se aos moradores como “os pra lá da linha” do trem.

O Parque das Nações é um bairro que foi dividido em duas partes: a primeira, mais antiga, que a gente era considerado pra lá da linha, que tinha a cidade de Santo André, tinha uma estrada de ferro que ainda tem e esse bairro era depois dessa linha, depois do lugar nobre da cidade era um bairro que seria hoje um lugar bastante ermo, não tinha luz elétrica, só que desse bairro para cá da linha já tinha uma parte mais antiga. Nós estávamos morando na parte mais nova, que era o início de começar a arruar[...]. Esse lugar tinha um bosque maravilhoso que era onde a gente fazia brincadeiras, se divertia nesse bosque. (Antonio Petrin, 29/7/2003)

A narrativa oral de Santina Fernandes (aos 53 anos) também menciona o centro de Santo André, a Igreja do Carmo, a Rua Cel. Oliveira Lima – considerada por ela a mais importante – em oposição ao “outro lado da linha”.

Eu morava no bairro, eu era do outro lado da linha, do subúrbio, Bangu fica para o outro lado da estação; ou vínhamos a pé, quando eu vinha estudar, vinha a pé, não tinha dinheiro assim para vir de ônibus, então nos íamos a pé para a escola e ficava na Oliveira Lima, que era o centro de Santo André, a rua mais importante de Santo André, na época. Tinha todas as lojas, tinha algumas escolas, o centro perto da Igreja do Carmo[...] (Santina Fernandes, 31/7/2003)

A professora Maria Amélia F. Perazzo (aos 63 anos) menciona um bosque, uma pequena floresta ao descrever a região próxima ao atual Centro de Santo André (Rua Catequese, Paço Municipal). Fala de pinguela e do Caminho da Vila (para São Bernardo do Campo) feito a pé¹.

Antes era bem tranqüilo. Onde hoje é a Catequese, o Paço Municipal, ali era um bosque que tinha uma pequena floresta onde passava um rio, que já está canalizado, mas a gente atravessava ali a

¹ São Bernardo já não era mais vila, mas a denominação ficou por algum tempo, pelo hábito de a cidade assim ser identificada pelos moradores da região.

Catequese, minha avó morava na Catequese, a gente atravessava em cima de pinguela. Você sabe o que é pinguela? São aquelas pontinhas de madeira, na verdade uns troncos que punham ali para atravessar, e a gente ia pelo meio do mato. Ali no Paço Municipal e Catequese, Figueiras, a região subindo as Figueiras, era tudo sem asfalto, muito poucas casas do lado do Bairro Jardim, eram casas enormes muito arborizadas, mas quase tudo sem asfalto. (Maria Amélia F. Perazzo, 8/7/2003)

Observa-se que, embora a identidade de suburbano seja construída nas narrativas como um elemento comum a esses depoentes, na fala de Sônia Guedes (aos 70 anos), descrevendo a Vila da Paranapiacaba (subdistrito de Santo André), um destaque na entonação de voz e no uso do *mas*, como indicador e símbolo de progresso, ao falar da existência de cinemas: “mas também queria lembrar que Paranapiacaba tinha duas salas de cinema”.

Confirma-se nesta amostra das narrativas de história de vida a identidade de suburbano construída para si mesmos por seu imaginário e ratificada pela linguagem das narrativas orais. Paulo Domingues (aos 63 anos), descrevendo São Caetano do Sul, fecha a mostra, mencionando o “caminho de terra”, a “leitaria”, a presença de “cortiços”.

Eu vim para São Caetano do Sul com dois anos ou três anos de idade, vim morar na Avenida Goiás, onde era uma avenida, um caminho de terra, onde havia três casas pequenas [...] tinha uma leitaria, naquele tempo se chamava leitaria, e vivi aqui embaixo. [...] As ruas eram de terra, a Rio Grande do Sul era a Rua Bahia. Ali havia um grande cortiço de dois andares, onde é a concha acústica. Ao subir no lado direito, tinha um cortiço que ia até a Rua Monte Alegre, onde era o Grupo Escolar Bartolomeu Bueno da Silva, onde hoje é um prédio. (Paulo Domingues, 7/7/2003)

No seu conjunto, ao lado das narrativas de suas vidas, singularizadas pelas experiências e vivências pessoais, notam-se os traços recorrentes que constituem o imaginário dos moradores da região que se reconhecem a si mesmos como moradores do subúrbio, identificação atribuída e ratificada, até hoje, pelos paulistanos ao se referirem àqueles que moram no ABC.

A mediação tecnológica sustenta a constituição de um patrimônio cultural, nesse caso imaterial, pois operacionaliza os processos da construção da identidade a partir deste mesmo patrimônio, quando oferece acesso ao passado registrado e codificado em meio digital, que assim permanece seguro, acessível e perene.

Considerando-se, assim, a memória um meio de se provocar os processos de identificação² e de identidades sociais, justifica-se a mediação tecnológica que, atualmente, pode ocorrer no campo social e das comunicações.

Referências

BARBERO, J. M. 2003. Globalização comunicacional e transformação cultural. In MORAES, Denis de (org.) *Por uma outra comunicação*. Rio de Janeiro, Record.

² Segundo Stuart Hall (2005, p. 39), “em vez de falar em identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de *identificação*, e vê-la como um processo em andamento”.

- BATTAGLIA, M. C. 2006. Lamarão. Uma metodologia de aprendizado em administração de conflito. Disponível em: <http://www.jlbelas.psc.br/MediaEscola.htm>. Acessado em 24/04/2006.
- CHARAUDEAU, P. e MAINGUENEAU, D. 2004. *Dicionário de Análise do Discurso*. Coordenação da tradução Fabiana Komesu. São Paulo, Contexto.
- FREIRE, T. 2003. *A Gestão do Patrimônio Cultural. As vozes críticas e o projeto na experiência de Diamantina*. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade IMES, São Caetano do Sul.
- HALBWACHS, M. 1990. *Memória coletiva*. São Paulo, Vértice.
- HALL, S. 2005. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10ª ed. Rio de Janeiro, DP&A.
- IÑIGUEZ, L (Coordenador). 2004. *Manual de Análise do Discurso em Ciências Sociais*. Tradução de Vera Lúcia Joscelyne. Petrópolis, RJ, Vozes.
- LE GOFF, J. 1998. *Por amos às cidades*. São Paulo, Ed. Unesp.
- _____. 2003. *História e Memória*. 5ª Ed. Campinas, Ed. Unicamp.
- MARTINS, J. S. 2002. *Subúrbio*. 2ª ed. São Paulo, Hucitec/ Ed. Unesp.
- RICOEUR, P. 1997. *Tempo e narrativa (tomo III)*. São Paulo, Papyrus.
- VEERBECK, P. and P. 2006. Behind the human yes: technological mediation and posthuman visions. Disponível em: <http://www.gw.utwente.nl/wijsb/medewerkers/verbeek/beyondhumaneye.pdf> Acessado em 24/04/2006.